

ORGANIZADORAS  
GLENY TEREZINHA DURO GUIMARÃES  
ANA LÚCIA SUÁREZ MACIEL  
BEATRIZ GERSHENSON

**NEOLIBERALISMO  
E DESIGUALDADE  
SOCIAL:  
REFLEXÕES  
A PARTIR DO  
SERVIÇO SOCIAL**

 ediPUCRS

*Gleny Terezinha Duro Guimarães*  
*Ana Lúcia Suárez Maciel*  
*Beatriz Gershenson*  
*Organizadoras*

**NEOLIBERALISMO E DESIGUALDADE SOCIAL:**  
reflexões a partir do Serviço Social



PORTO ALEGRE  
2020

© EDIPUCRS 2020

**CAPA** Thiara Speth

**DIAGRAMAÇÃO** EDIPUCRS

**REVISÃO DE TEXTO** Carol Ferrari

Edição revisada segundo o novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.



O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001



Este livro conta com um ambiente virtual, em que você terá acesso gratuito a conteúdos exclusivos.

Acesse o QR Code e confira!



**Editora Universitária da PUCRS**

Av. Ipiranga, 6681 – Prédio 33  
Caixa Postal 1429 – CEP 90619-900  
Porto Alegre – RS – Brasil  
Fone/fax: (51) 3320 3711  
E-mail: edipucrs@pucrs.br  
Site: www.pucrs.br/edipucrs

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

---

N438 Neoliberalismo e desigualdade social : reflexões a partir do serviço social / Gleny Terezinha Duro Guimarães, Ana Lúcia Suárez Maciel, Beatriz Gershenson organizadoras. – Porto Alegre : EDIPUCRS, 2020.  
309 p

ISBN 978-65-5623-003-0

1. Política social. 2. Assistência social. 3. Capitalismo – Aspectos sociais. 4. Neoliberalismo – Aspectos sociais. 5. Igualdade. 6. Serviço social. I. Guimarães, Gleny Terezinha Duro. II. Maciel, Ana Lúcia Suárez. III. Gershenson, Beatriz.

CDD 23. ed. 361.61

---

Lucas Martins Kern CRB-10/2288  
Setor de Tratamento da Informação da BC-PUCRS.

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, especialmente por sistemas gráficos, microfílmicos, fotográficos, reprográficos, fonográficos, videográficos. Vedada a memorização e/ou a recuperação total ou parcial, bem como a inclusão de qualquer parte desta obra em qualquer sistema de processamento de dados. Essas proibições aplicam-se também às características gráficas da obra e à sua editoração. A violação dos direitos autorais é punível como crime (art. 184 e parágrafos, do *Código Penal*), com pena de prisão e multa, conjuntamente com busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei 9.610, de 19.02.1998, Lei dos Direitos Autorais).

## **4.1 FORMAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL: PROBLEMATIZANDO OS DESAFIOS DO TEMPO PRESENTE**

ANA LÚCIA SUÁREZ MACIEL

### **Introdução**

Em 2019, o Serviço Social brasileiro ruma para os seus oitenta e três anos de existência. Além disso, se encaminha para o final de mais uma década deste complexo século XXI cercado por uma conjuntura que vem lhe impondo renovados desafios que lhe exigem apreensão, reflexão e capacidade de análise no âmbito da formação e do exercício profissional.

Na condição de docente e pesquisadora desta área de conhecimento, há vinte e quatro anos, e liderando um grupo de pesquisa que, há onze anos se debruça sobre a temática da formação, viemos constatando a rapidez com que as mudanças que se processam na dinâmica da sociedade capitalista, nas políticas de educação superior. Bem como essas transformações na gestão das Instituições de Ensino Superior (IES) vêm determinando uma reconfiguração da formação em Serviço Social de modo que se torna instigante e desafiador problematizá-la, com vistas a compartilhar dados, reflexões e indagações que viemos fazendo do lugar que ocupamos.

Parte destes dados, reflexões e indagações, decorre dos resultados da nossa pesquisa de doutoramento (MACIEL, 2006), e os demais de pesquisas desenvolvidas nos anos que se seguiram. O ponto comum que

articula o conjunto dos mesmos aponta para as repercussões da crise da sociedade capitalista na política de educação superior e, logo, nos projetos de formação das profissões em geral.

Desde a década de 1990, um conjunto de processos liderados pelo Estado e que podem, em parte, ser condensados com as mudanças que se processaram no pós-aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação impuseram, ao ensino superior brasileiro, significativas transformações que alteraram a sua identidade, finalidade e modos de ofertar esse ensino, logo, incidiram na radiografia de muitas formações.

O Serviço Social, mais do que ser a nossa profissão, se torna um exemplo a ser estudado. Isso porque vivenciou, em uma década e meia, uma radical transformação na natureza dos seus cursos, bem como demandou da categoria profissional a apreensão crítica e a capacidade organizativa para empreender o diagnóstico dessa transformação, aliado com a construção de estratégias para enfrentá-la.

A respeito dessa trajetória histórica, em dois artigos tratamos de compartilhar nossa compreensão acerca desse período (LEWGOY e MACIEL, 2016; MACIEL, 2016) de modo a convergir para a mesma constatação: a formação em Serviço Social transmutou-se, da sua gênese para o tempo presente, de modo que se encontra expandida em todo território nacional contando com quase 500 cursos (no início da década de 1990, este número não atingia uma centena), em IES privadas do tipo empresarial (até então as privadas, na área, eram predominantemente confessionais ou comunitárias; logo, sem fins lucrativos) e com a consolidação de uma nova modalidade de ensino (à distância).

Com este escopo, este capítulo se debruça na indicação e problematização dessas transformações no âmbito da formação em Serviço Social, se estruturando da seguinte forma: num primeiro item, nos propomos a contextualizar o solo onde se insere a referida formação, a saber: na política de educação superior; num segundo item, indicamos um conjunto de elementos que conforma a formação em Serviço Social

na contemporaneidade; a conclusão e as referências que alicerçaram a produção do mesmo.

#### **4.1.1 A educação superior no Brasil: solo da formação em Serviço Social**

O ano de 2019 foi marcado no Brasil pela chegada à presidência de Jair Bolsonaro, do Partido Social Liberal, consolidando o fim do ciclo “lulista” (SINGER e LOUREIRO, 2016) que se assentou numa tentativa de conciliação das classes no Brasil.

No seu plano de governo intitulado “O caminho da prosperidade”<sup>1</sup> fica explícita a proposta liberal democrata assumida e, na área da educação, a indicação de uma linha de ação assentada na eficiência e no processo de gestão. O diagnóstico que é apresentado nesse documento (ainda que sucinto), no que se refere à educação, parte da relação gasto público/desempenho dos estudantes, sendo indicado que os valores despendidos pelo Estado já são suficientes e que o problema reside no conteúdo e qualidade do ensino, com duras críticas ao que é denominado de “doutrinação ideológica”.

Sobre esta última, desde o início do atual governo vem sendo propagadas posições que restringem o debate acerca do projeto vigente de educação para o plano ideológico, com declarações dos seus representantes centradas, inclusive, no questionamento de se a universidade “deve ser para todos”, ferindo claramente o direito garantido à mesma, bem como uma tentativa de reduzir princípio da autonomia universitária, ao afirmar-se recentemente (abril de 2019) que vem sendo estudada a possibilidade de reduzir os recursos de áreas como Filosofia e Sociologia. Mudanças na gestão do Ministério da Educação, já no quarto mês do início deste governo, expressam as dificuldades objetivas que se dão no plano da implementação de tais diretrizes e convergem com reações da opinião pública.

---

<sup>1</sup> Disponível em: [https://static.cdn.pleno.news/2018/08/Jair-Bolsonaro-proposta\\_PSC.pdf](https://static.cdn.pleno.news/2018/08/Jair-Bolsonaro-proposta_PSC.pdf)

Além disso, o plano de governo indica a necessidade de inverter os investimentos em educação, de modo a gerar mais recursos para a educação básica e técnica, em detrimento da superior. Isto já se evidenciou com os cortes de quase 6% do orçamento da União para a área. Diga-se de passagem, foi na educação que se efetivou o maior corte em 2019.

Localizamos, ainda, no documento supracitado, algumas prioridades para a educação superior para esse governo: empreendedorismo e ensino à distância. Sobre o empreendedorismo, destacamos os seguintes extratos do documento:

As universidades precisam gerar avanços técnicos para o Brasil, buscando formas de elevar a produtividade, a riqueza e o bem-estar da população. Devem desenvolver novos produtos, através de parcerias e pesquisas com a iniciativa privada. Fomentar o empreendedorismo para que o jovem saia da faculdade pensando em abrir uma empresa. Enfim, trazer mais ideias que mudaram países como Japão e Coréia do Sul.

As universidades, em todos os cursos, devem estimular e ensinar o empreendedorismo. O jovem precisa sair da faculdade pensando em como transformar o conhecimento obtido em enfermagem, engenharia, nutrição, odontologia, agronomia, etc, em produtos, negócios, riqueza e oportunidades. Deixar de ter uma visão passiva sobre seu futuro (BOLSONARO, 2018, p. 48).

E sobre o ensino à distância, recortamos o seguinte extrato do documento:

Educação à distância: deveria ser vista como um importante instrumento e não vetada de forma dogmática. Deve ser considerada como alternativa para as áreas rurais onde as grandes distâncias dificultam ou impedem aulas presenciais (BOLSONARO, 2018, p. 47).

Fica evidente a compreensão desse governo, com relação aos temas que vem sendo mais polemizados no debate sobre o ensino superior no país nos últimos anos. Com relação ao primeiro, o empreendedorismo, sabe-se que pode ser considerado como uma oportunidade diante de um mercado de trabalho incapaz de incorporar o contingente disponível, mas, também, como uma forma perversa de responsabilizar o indivíduo na criação de oportunidades de gerar trabalho e renda.

Em relação ao ensino à distância, a referência ao veto dogmático da mesma em nenhuma medida expressa o amplo movimento que as profissões vêm fazendo, desde o início da sua implantação no país, para denunciar o modo como ela foi incorporada neste nível de ensino. Sabe-se que a incorporação das tecnologias no ensino é uma tendência crescente e irreversível, mas o questionamento que se faz tem relação com a forma e conteúdo desse processo na realidade brasileira, aliada à frágil regulamentação. Igualmente se esclarece que a afirmação feita de que poderia ser uma alternativa para a população de zonas rurais ou de difícil acesso tampouco explica o fenômeno brasileiro, pois as vagas para o ensino à distância se concentram nas zonas urbanas.

Em recentes manifestações (março de 2019) dos Conselhos de Arquitetura, Farmácia, Medicina Veterinária e Odontologia, que se posicionaram contrários ao registro de profissionais egressos dessa modalidade de ensino, verificam uma atualização da necessidade do debate sobre a oferta, qualidade e impactos deles na sociedade. No entanto, pelas indicações do plano do atual governo, a tendência é de que isto não seja pautado e que a expansão siga na velocidade dos governos anteriores.

Tal proposta se vincula, diretamente, a forma de governo da qual se espera que o Estado se abstenha de interferir na esfera de direitos dos cidadãos e na economia. Tendo em vista que esta seria dotada de mecanismos de autorregulação. Logo, uma direção oposta à perspectiva do Estado Social, que ancora a carta constitucional brasileira de 1988, e garante que todo indivíduo tenha direito, desde seu nascimento até sua morte, a um conjunto de bens e serviços, que devem ter seu fornecimento



garantido através do Estado ou, indiretamente, mediante a regulamentação do mesmo sobre a sociedade civil.

Diante da conjuntura vivida no Brasil, em que os indicadores sociais e econômicos se agravaram nos últimos anos, fazendo ampliar o contingente de desempregados e, logo, a pobreza, propostas como as do atual governo se tornam preocupantes. O país segue apresentando profundas desigualdades sociais que não podem ser reduzidas à renda, embora ela se constitua numa das mais significativas contradições da nossa sociedade. Ainda que se expressem em igual proporção na desigualdade vivida pelo lugar de classe, raça e gênero que os seus cidadãos ocupam.

Contraditoriamente, a “nossa” riqueza que prevalece concentrada numa minoria, pode ser ainda mais questionável quando verificamos onde se localiza. Dados a respeito dos maiores lucros obtidos pelas empresas de capital aberto no país indicam a sua identidade, setor e lucro obtido no último trimestre de 2018, como se constata no Quadro 1.

**Quadro 1.** Empresas mais lucrativas do Brasil (Segundo Trimestre de 2018).

Empresa	Setor	Lucro (em reais)
Petrobrás	Petróleo e Gás	10 bilhões e 72 milhões
Itaú/Unibanco	Bancos	6 bilhões e 244 milhões
Bradesco	Bancos	4 bilhões e 527 milhões
Telef Brasil	Telecomunicações	3 bilhões e 166 milhões
Brasil	Bancos	3 bilhões e 135 milhões
Santander	Bancos	2 bilhões e 972 milhões

Eletrobrás	Energia Elétrica	2 bilhões e 819 milhões
Ambev	Alimentos e bebidas	2 bilhões e 317 milhões
Sid. Nacional	Siderurgia e Metalurgia	1 bilhão e 160 milhões
BB Seguridade	Seguradora e Corretora de Seguros	1 bilhão e 62 milhões
Cielo	Software e dados	817 milhões
B3	Serviços financeiros e seguros	724 milhões
Gerdau	Siderurgia e Metalurgia	694 milhões
Engie Brasil	Energia elétrica	588 milhões
Braskem	Química	547 milhões
Pão de Açúcar	Comércio	478 milhões
Kroton	Educação	467 milhões

**Fonte:** <https://exame.abril.com.br/negocios/as-20-empresas-brasileiras-que-mais-lucraram-no-20-tri>.

O Quadro 1 evidencia a concentração dos lucros no setor bancário, com a indicação de cinco empresas, além das que exploram os setores de mineração, siderurgia, petróleo, celulose, comunicação, energia,

transportes, alimentação e sinaliza, na 17ª posição, a Kroton<sup>2</sup> cujo setor explora o serviço educativo.

A inclusão de uma empresa dessa natureza, no rol das mais lucrativas no Brasil, requer algumas problematizações, considerando-se que a educação se constitui em um direito social. Na prática, o que este dado evidencia é a assunção dela como serviço, algo que já vinha sendo defendido por outros países e organizações que, desde 2000, defendiam a inclusão do setor no rol de serviços a serem ofertados pelos países signatários da Organização Mundial do Comércio. E, na mesma proporção, como mercado a ser explorado.

Nessa direção, a transformação do direito à educação em serviço a ser comercializado pelas empresas deste ramo, ancoradas no consentimento do Estado e da sociedade, tem uma série de elementos que convergem para o ideário vigente, mas, igualmente, ao retrato social e ao nível educacional do país. Dentre eles, podemos sinalizar:

1) *Alta demanda por formação*, tendo em vista que o Brasil, ainda é um país com déficit educacional significativo, o que gera as condições para que empresas (e outras organizações de natureza privada) ocupem o lugar que o Estado deixa a desejar e/ou não atende de modo suficiente à demanda existente. Segundo o IBGE:

[...] a proporção de pessoas de 25 a 64 anos, com pelo menos o ensino superior de graduação, em 2017, era de 17,0%, enquanto esse mesmo indicador, para países membros da OCDE, era de 30,3% em média (IBGE, 2018, p. 95).

---

<sup>2</sup> Trata-se da maior empresa do ramo da educação no mundo, tendo sido criada no Brasil na década de 1960 para atuar na área dos cursos de preparação para o vestibular. De lá para cá, atua em todos os níveis de ensino, possuindo mais de 2 milhões de alunos e 11 marcas educacionais que foram sendo adquiridas pela mesma que, no ano de 2017, quase efetivou a aquisição do seu maior concorrente, tendo sido impedida pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), órgão antitruste brasileiro, por julgar que a operação geraria vários níveis de concentração, inclusive com a formação de monopólios.

2) *Seletividade do acesso* a este nível de ensino, pois:

Historicamente, o acesso ao ensino superior esteve limitado pela enorme seletividade de seus estudantes, fruto, entre outros motivos, tanto dos custos financeiros demandados pela rede privada quanto da elevada concorrência dos exames de ingresso à rede pública. Apesar do avanço observado no aumento da população com ensino superior completo, esse nível permanece restrito a 15,3% da população brasileira de 25 anos de idade ou mais (IBGE, 2018, p. 93).

3) *Abrangência territorial* do país, o que tem impedido que IES públicas consigam estar presentes na totalidade dele, abrindo espaço para que as empresas privadas explorem o amplo e descoberto território educativo existente;

4) *A elevação do nível de escolaridade da população*, aumenta a taxa de empregabilidade e de renda.

De acordo com o *Education at a glance 2018/OECD indicators*, o Brasil é o país que apresenta as maiores taxas de empregabilidade e o maior retorno salarial para a população que possui ensino superior completo em relação a todos os 36 países da OCDE e 10 países parceiros da organização. Uma pessoa com o diploma de graduação no Brasil ganhava, de acordo com a publicação, 2,5 vezes mais do que alguém com diploma de ensino médio, sendo que a média na OCDE era de 1,6 vezes mais. Essa diferença acentuada de prêmio salarial no mercado de trabalho entre níveis de instrução é uma característica comum de sociedades extremamente desiguais e a principal maneira pela qual as pessoas dos estratos mais elevados mantêm seus filhos em posições no topo da hierarquia ocupacional (IBGE, 2018, p. 93).

O Banco Mundial, em documento de 2017, que causou polêmicas no país, também vem contribuindo para o enfraquecimento da credibilidade do Estado e dos seus respectivos investimentos em educação superior, como se constata no extrato a seguir:

As despesas com ensino superior aumentaram rapidamente ao longo da última década. As matrículas no ensino superior triplicaram no Brasil nos últimos 15 anos, e as instituições privadas tiveram um papel fundamental nesse processo. As universidades públicas representam 25% das matrículas, sendo que as universidades federais equivalem a 15% do total. Em 2015, o Governo Federal gastou aproximadamente 0,7% do PIB com o ensino superior, principalmente por meio de transferências a Universidades Federais e empréstimos estudantis (por meio do programa FIES, em particular). Os recursos públicos alocados às 63 Universidades Federais brasileiras correspondiam a cerca de 0,5% do PIB em 2015. Desde 2010, o orçamento federal alocado às universidades federais tem observado um crescimento anual médio de 12% em termos nominais, ou 7% em termos reais. Considerando o crescimento anual de 2% nas matrículas, isso representa um aumento anual real de 5% no gasto por aluno das Universidades Federais (BANCO MUNDIAL, 2017:127).

A partir desse diagnóstico, o Banco Mundial também sinalizou a necessidade de duas reformas neste nível de ensino, a saber:

- (i) Limitar os gastos por aluno aos níveis das universidades mais eficientes geraria uma economia imediata de 0,26% do PIB. As universidades que receberem menos recursos, como resultado desta medida, teriam de reconsiderar sua estrutura de custos e/ou buscar recursos em outras fontes, como já é a norma nos sistemas acadêmicos com os melhores níveis de desempenho.

(ii) Uma opção para aumentar os recursos das universidades federais sem sobrecarregar o orçamento seria a introdução de tarifas escolares. Isso é justificável, pois o ensino superior oferece altos retornos individuais aos estudantes e, com base em dados atuais, o acesso privilegia fortemente estudantes de famílias mais ricas. Paralelamente, é necessário facilitar o acesso a mecanismos de financiamento para estudantes que não possam pagar as mensalidades. Felizmente, o Brasil já possui o programa FIES, que oferece empréstimos estudantis para viabilizar o acesso a universidades privadas. O mesmo sistema deveria ser expandido para financiar o acesso a universidades federais. A ampliação do FIES para incluir universidades federais poderia ser combinada ao fornecimento de bolsas de estudos gratuitas para os estudantes dos 40% mais pobres da população, por meio do programa PROUNI. Juntas, essas medidas melhorariam a equidade do sistema e gerariam uma economia para o orçamento federal de aproximadamente 0,5% do PIB (BANCO MUNDIAL, 2017, p. 137-138).

Ao associarmos os dados da conjuntura brasileira na educação, com as determinações internacionais e as diretrizes do atual governo, se prospecta um cenário de preocupação para a formação em Serviço Social, considerando a sua trajetória nos últimos dez anos, bem como o seu projeto de formação vigente e a sua posição no grupo de ciências sociais aplicadas.

#### **4.1.2 A formação em Serviço Social no Brasil: cenário atual**

Como se tratou de explicitar no item anterior, a direção do atual projeto de governo, seguida da presença de organizações empresariais que vem explorando a alta demanda por ensino superior associada ao insuficiente investimento do Estado em ampliar a rede pública que o oferta, permanece garantindo as condições que a formação em Serviço Social siga se expandindo de modo privado e à distância.

No entanto, a sua conformação atual não pode ser compreendida apenas à luz dos elementos conjunturais mais recentes, mas da necessidade de retomarmos quatro aspectos que, do nosso ponto de vista, determinaram e, logo, incidem no tempo/desafio presente, a saber: 1) a ampliação dos números das Unidades de Formação de Assistentes Sociais (UFAS); 2) a oferta do curso na modalidade à distância, 3) a mudança no perfil do aluno e dos docentes e 4) a garantia do projeto de formação vigente na área (ABEPSS, 1996).

No que se refere aos *números das UFAS*, atualizamos as informações que apresentam a geografia dessa formação, a partir dos dados quantitativos da área que são disponibilizados pelo órgão oficial (INEP, 2017), por meio do Censo da Educação Superior, e que indicam um universo de 451 cursos em funcionamento, sendo 379 privados e 72 públicos (importante destacar que 24 destes cursos foram criados entre 1995 e 2009). Destes, 418 ofertam o mesmo na modalidade presencial (189 faculdades, 151 universidades, 77 centros universitários e 1 Instituto Federal), e 33 na modalidade à distância (1 universidade pública estadual e 32 em IES privadas, cuja natureza é a seguinte: 18 universidades; 13 centros universitários e 1 faculdade).

Ao compararmos este número com períodos anteriores, salta aos olhos o quanto a área foi impactada pelo processo de expansão de vagas no ensino superior brasileiro, considerando que “entre 1995 e 2002 foram criados mais de 50 cursos, sendo 90% através da iniciativa privada” e, ainda, no governo de Luís Inácio Lula da Silva “entre os anos de 2003 a 2009 – 210 cursos de Serviço Social foram criados, dentre os 334 cursos atualmente cadastrados no banco de dados do INEP/MEC e em funcionamento” (LIMA; DAHMER, 2009, p. 43).

Num rápido resgate de décadas anteriores, conforme Lima e Dahmer (2009), é importante lembrar que a área possuía 74 cursos em 1994; sendo que 50 novos cursos foram criados entre 1995 e 2002 (quase o mesmo número dos cursos que existiram por cerca de 60 anos, considerando a criação do primeiro foi nos anos de 1930); 210 cursos surgiram entre

2003 e 2009 (3 vezes mais) e, em 2017, chegamos aos 451 cursos, ou seja, crescimento de 6 vezes mais do que os números de 1994.

Considerando o tempo histórico que nos propomos a problematizar neste capítulo, é possível afirmar, com base nos dados, que a formação em Serviço Social permanece em processo de expansão que, a cada Censo, apresenta um número maior de cursos e, logo, alunos em formação. Ainda de acordo com essa fonte, o número de vagas ofertadas para o curso, no ano de 2017, atingiu a marca de 181.974 (177.057 privadas e 4.917 públicas), tendo tido 153.548 alunos matriculados (135.801 em UFAS privadas e 17.747 em UFAS públicas) e 27.971 alunos concluintes (25.218 em UFAS privadas e 2.753 em UFAS públicas). Duas pesquisadoras da área já sinalizavam, no final da década passada, que:

[...] a criação de cursos na área de Humanidades, como o curso de Serviço Social – além de proporcionar novos campos de expansão ao capital, fundamentais na fase atual do capitalismo – responde à necessidade de formação de intelectuais difusores de uma sociabilidade conformista e colaboracionista (LIMA, DAHMER, 2009, p. 41).

A assunção da *oferta da modalidade de ensino à distância* tem relação direta com esse processo de expansão do capital que passou a explorar o mercado educativo, com autorização legal e política do órgão estatal. “No governo Lula, outra novidade emergiu para a profissão: a criação dos cursos de Serviço Social na modalidade de Educação à Distância (EAD) com 11 IES ofertando 46.620 vagas” (LIMA; DAHMER, 2009, p. 45).

Esta modalidade foi a principal responsável pela ampliação do número de alunos na área, sendo significativos os dados que passaram a ser divulgados, a partir de 2009 (seis anos após o início dessa oferta) quando o curso de Serviço Social chegou a ser um dos dez cursos com maior número de matrículas em todo o país, ficando na sexta posição com 130.179 matrículas e, em 2015, este número chegou a 180.379, colocando o curso na sétima posição.



No Censo de 2017, o curso é indicado como o sétimo com maior número de matrículas, quando os dados são apresentados pelo gênero, indicando 138.394 mulheres matriculadas de um total de 153.548 matrículas no curso. Logo, o tempo presente mantém um traço comum ao da gênese da formação na área: as mulheres ainda são a maioria no alunado.

Tais dados impactaram, não somente no exercício profissional, considerando a rápida expansão do contingente profissional que, atualmente, chega perto dos 200 mil profissionais, como movimentaram os debates, as pesquisas, a organização das entidades representativas da profissão e, especialmente, a manutenção do curso no interior das IES privadas que ofertam o mesmo na modalidade presencial.

Outro elemento significativo se refere à *mudança no perfil do aluno e dos docentes* no curso. Para o levantamento do perfil dos alunos, lançamos mão dos dados obtidos no último relatório disponível do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE, 2017), que teve um universo constituído por 27.609 alunos que compareceram à referida prova e que responderam ao “Questionário do Estudante”.

Desse relatório, extraímos os seguintes dados acerca do perfil dos estudantes de Serviço Social:

- Em ambas as modalidades de ensino, verificou-se a prevalência do sexo feminino (90%);
- No que se refere à idade dos estudantes, chama a atenção para o início do curso em idade superior à desejada (18 a 24 anos de idade), pois se verificou que, apenas, 36,1% dos alunos do ensino presencial e 13% do ensino à distância estão nessa faixa etária. A maioria se encontra em faixas superiores, sendo a média da faixa etária entre 30 e 39 anos, com 25,5% no ensino presencial e 38,7% no ensino à distância. E, ainda, os estudantes acima de 40 anos de idade representam, respectivamente, 32% dos alunos do ensino à distância e 18% dos alunos do ensino presencial. Em outras palavras: os alunos atuais do curso de

Serviço Social possuem idades superiores às desejadas para esta etapa de ensino evidenciando o seu ingresso tardio nos bancos universitários e, também, se constituindo em um aluno adulto maduro que requer estratégias de ensino diferenciadas;

- Com relação à renda, em ambas as modalidades, mais de 70% dos estudantes possui renda mensal entre 1,5 a 3 salários mínimos. É importante informar que, em março de 2019, o salário mínimo no país é de R\$998,00. Acerca da fonte dessa renda, 36,7% dos estudantes do ensino presencial não têm renda e seus gastos são financiados pela família ou por outras pessoas e 20,5% têm renda, mas recebem ajuda da família ou de outras pessoas para financiar seus gastos. Na modalidade à distância, o dado mais expressivo é o de que 43,6% informa ter renda/contribuir com o sustento da família e 12% deles são o principal responsável pelo sustento da família. No ensino presencial esse dado é, respectivamente, de 19,8% e 7,8%;
- Quanto à escolaridade dos pais desses alunos, chama a atenção o fato de que a maioria, em ambas as modalidades, não possui educação fundamental completa, o que indica que estes alunos são a primeira geração da família a acessar ensino superior e, logo, indica que são filhos da classe trabalhadora;
- Sobre a formação anterior desses alunos, o percentual de estudantes que cursaram todo o Ensino Médio em escolas públicas foi de 83,8% e 24,8% em escolas públicas, sendo que 64,4% deles cursaram o mesmo no ensino tradicional e os demais concluíram em cursos de educação de jovens adultos, curso normal e/ou cursos profissionalizantes técnicos (eletrônica, contabilidade, agrícola, outro). Este dado indica que, boa parte dos estudantes de Serviço Social, poderia seguir seus estudos em IES públicas, posto que o fizeram no nível de ensino anterior; no entanto, diante da baixa oferta de vagas para o curso nessas IES, eles são levados a cursar o ensino superior nas IES privadas. Considerando a sua renda, é fácil compreender porque acessam o curso na modalidade privada à distância, considerando-se o

baixo custo e isto explica, também, o esvaziamento dos alunos nos cursos presenciais desta mesma natureza.

Acerca do *perfil dos docentes*, carecemos de estudos sobre os mesmos, mas não gostaríamos de deixar de referir que emergem novos sujeitos com atribuições distintas daquelas que conformam a identidade deste sujeito. Emerge nesse cenário docentes do tipo formador, realizador de cursos, pesquisador, tutor, tecnólogo educacional, recurso, monitor, entre outros. Isso nos indica a existência de uma complexidade de funções que eles passaram a ter, inclusive, com novas relações e formas de trabalho. O estudo aprofundado dos diferentes papéis, relações e formas de trabalho dos docentes vinculado ao ensino à distância, bem como do presencial nos cursos de Serviço Social poderá nos oferecer insumos para avançarmos na compreensão desta dimensão essencial da formação.

No seu conjunto, esses dados permitem afirmar que a formação em Serviço Social no Brasil, neste século XXI, passou por radicais alterações e que os sinais estão claros neste ano de 2019, a saber: a progressiva extinção dos cursos presenciais no interior das IES privadas e/ou incorporação da modalidade do ensino à distância como estratégia de sobrevivência dos mesmos; a prevalência do ensino na área na modalidade à distância, com persistente escassez de dados sobre a realidade dos mesmos; a predominância de alunos trabalhadores no curso; a baixa filiação de UFAS no órgão de representação da profissão na área do ensino e da pesquisa (Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS) e a falta de dados atualizados sobre a empregabilidade/mercado de trabalho dos egressos do curso.

Logo, problematizar o último elemento elencado no início desta seção – o *projeto de formação vigente na área* se revela como um dos elementos centrais da agenda profissional na atualidade. Tal afirmação se explica pelo fato de que foi pensado na conjuntura dos anos de 1990, ocasião em que não se considerava a possibilidade de incorporação da modalidade do ensino à distância, ainda que ela já se anunciasse numa série de documentos nacionais e internacionais do ensino superior (MACIEL, 2016).

Outro fato é a crise mundial, deflagrada em 2008 que, nesse mesmo âmbito do ensino, desencadeou o surgimento de um mercado educacional que passou a explorar a oferta do ensino superior num país que possuía enorme demanda em todo o seu território. O resultado dessa conjuntura impacta e compromete o referido projeto de formação, indicando a necessidade de revisitá-lo de modo a enfrentar esse conjunto de impactos postos pela conjuntura do ensino superior brasileiro e que conformam uma nova realidade para o ensino em Serviço Social.

## **Conclusão**

O tempo presente para a formação em Serviço Social pode ser considerado como um marco histórico importante (e desafiante) na trajetória da profissão no Brasil, pois condensa um conjunto de impactos que decorreram das determinações das políticas de educação superior. Ela teve início no final do século passado e atingiu seu ápice na década atual, quando se verificou a expansão acelerada de vagas, a proliferação na criação de novos cursos, a institucionalização da modalidade de ensino à distância e a mudança no perfil do alunado da área.

No seu conjunto, os diversos cursos foram sendo enfrentados pelas organizações da categoria profissional, de modo articulado com movimentos coletivos da sociedade que convergiam com as mesmas, mas não foram suficientes para impedir ou frear o que tratamos de compartilhar neste capítulo. Assim, urge que novas estratégias sejam construídas de modo a acompanhar o tempo presente, permeado por contradições e mediações, e prospectar o futuro de uma profissão tão necessária para a sociedade em que vivemos.

Algumas delas indicamos a seguir, colocando-as para a discussão da categoria profissional e declarando, de antemão, a nossa intenção que se alinha ao projeto ético-político do Serviço Social brasileiro, mas considera, igualmente, o tempo presente. Dentre essas indicações, destacamos:

- *a necessidade de repensar o ensino na área, seja na modalidade presencial e/ou à distância, considerando a mudança no perfil dos alunos, a natureza dos cursos (diversos), o perfil dos docentes (pouco conhecido) e as condições objetivas que as IES oferecem para o mesmo, bem como as metodologias para esse ensino que parecem pouco sintonizadas com as mudanças que se processam nas IES que passam a adotar processos mais ativos e inovadores neste nível de educação;*
- *a indicação da concepção de educação e ensino superior que defendemos, considerando-se todos os documentos que foram produzidos pela profissão que sinalizam para uma rejeição às concepções vigentes;*
- *a urgência em reconhecer a mediação das Tecnologias de Informação e Comunicação nas formações em geral, em todos os níveis de ensino, e o seu uso na formação e no trabalho profissional. Com isto, alertamos aos leitores que não interpretem esta indicação como uma concordância com a modalidade de ensino à distância na área, mas reconhecendo que a educação *on line* é uma realidade irremediável, bem como a incorporação de ferramentas mediadas por tecnologia no trabalho do assistente social. Igualmente, a vida em sociedade amplia de modo veloz o uso da tecnologia, logo, incorpora-la na formação se torna fundamental. Mas, as perguntas que devemos fazer são: como devem ser absorvidas; com qual forma, conteúdo e intenção precisam ser incorporadas no ensino?*
- *o desafio de articularmos a formação na área no âmbito da graduação e da pós-graduação *stricto sensu*, pois a ampliação dos cursos de graduação vem acompanhada da demanda por docentes e, também, pelos próprios cursos de pós-graduação, tornando-se um espaço fecundo para incorporar disciplinas que fundamentem o ensino e a formação na área, bem como possibilidade de qualificar egressos de processos formativos que possam ter sido mais fragilizados;*

- *o fortalecimento das organizações de representação da categoria profissional em estreita relação com a nova conformação das UFAS*, ou seja, é preciso que se reconheça a diversidade e a particularidade dos cursos que oferecem Serviço Social, de modo a dar suporte mais intenso às suas necessidades, consolidando parcerias para atender às demandas que se colocam na formação, de modo a construir sinergias e não convergências, especialmente, com os cursos que apresentam maiores fragilidades no processo de formação e que, evidentemente, não se restringem aos cursos vinculados à modalidade à distância;
- *a importância de monitorarmos o mercado de trabalho dos profissionais*, de modo a captar o impacto que a ampliação do contingente de alunos e formados, na última década, passa a ter nas condições objetivas para o exercício profissional que, incipientemente, podemos afirmar já sinalizar para altos índices de desemprego, trabalho precário e baixos salários;
- *a ampliação do nosso olhar para novas iniciativas que vem sendo construídas na área social*, o que inclui um conjunto de organizações, projetos, empreendimentos, dentre outros, que vem incidindo no objeto da profissão de modo convergente com o projeto ético-político da profissão, o que nos possibilitaria a construção de novas alianças e, possivelmente, aproximação com os usuários do nosso trabalho.

Por fim, concluímos este capítulo com a mesma lógica da sua introdução, mas nos voltando para o passado quando, há 40 anos, o Serviço Social brasileiro liderou um movimento único na sua história, tendo se *reconceituado*. Nas lições aprendidas naquela época, estão as mediações para os nossos rumos futuros: sintonia da profissão com a realidade da sociedade brasileira, capacidade de organização/representação coletiva e clareza do projeto profissional que, aliada à maturidade intelectual e política da profissão, potencializam a nossa capacidade de enfrentar os complexos desafios que o tempo presente impõe para a formação na área.

## Referências

- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL (ABEPSS). *Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social*. Rio de Janeiro: 1996.
- BANCO MUNDIAL. *Um Ajuste Justo: Análise da eficiência e equidade do gasto público no Brasil*. Disponível em: <http://documents.worldbank.org/curated/pt/88487151196609355/pdf/121480-REVISED-PORTUGUESE-Brazil-Public-Expenditure-Review-Overview-Portuguese-Final-revised.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2019.
- BOLSONARO, Jair. *Plano de Governo*. Disponível em: [https://static.cdn.pleno.news/2018/08/Jair-Bolsonaro-proposta\\_PSC.pdf](https://static.cdn.pleno.news/2018/08/Jair-Bolsonaro-proposta_PSC.pdf). Acesso em: 07 jan. 2019.
- GOMES, Válder *et al.* O ensino superior no Brasil: breve histórico e caracterização. In: *Revista Ciência Trópico*. v. 42, n. 1, p. 106-129, Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2018.
- IBGE. *Estatísticas, dados populacionais e indicadores*. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101629.pdf>. Acesso em: 13 dez. 2018.
- INEP. *Relatórios Sínteses ENADE*. Disponível em: [http://download.inep.gov.br/educacao\\_superior/enade/relatorio\\_sintese/2016/servico\\_social.pdf](http://download.inep.gov.br/educacao_superior/enade/relatorio_sintese/2016/servico_social.pdf). 2017. Acesso em: 04 nov. 2018.
- INEP. *Sinopse Estatística da Educação Superior*. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>. 2018. Acesso em: 09 out. 2018.
- LIMA, Kátia; DAHMER, Larissa. Contrarreforma na educação superior brasileira: impactos a formação em Serviço Social. In: *Revista Sociedade em Debate* 15, jan.-jun/2009. Pelotas.
- MACIEL, Ana Lúcia Suárez. *Universidade em crise: uma travessia necessária para formação em Serviço Social*. Tese (Doutorado) – PUCRS, Porto Alegre, 2006.
- MACIEL, Ana Lúcia Suárez. *A formação em Serviço Social no contexto da política de educação superior brasileira: configurações, tendências e desafios*. Relatório da pesquisa de produtividade em pesquisa. Porto Alegre, 2018.
- MACIEL, Ana Lúcia Suárez. 80 anos do Serviço Social no Brasil: revisitando a sua trajetória histórica e a conformação da formação atual. In: *Anais do XV Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais*. Olinda, 2016.
- MACIEL, Ana Lúcia Suárez e LEWGOY, Alzira Maria Baptista. O projeto de formação em Serviço Social: análise da sua trajetória histórica no período 1996 a 2016. In: *Revista Temporalis*, v. 1, p. 20-30, 2016.

MANCEDO, Deise. Crise político-econômica no Brasil: breve análise da educação superior. In: *Revista Educação & Sociedade*, v.38, n.141, out-dez, 2017.

REVISTA EXAME. *As vinte empresas que mais lucraram*. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/negocios/as-20-empresas-brasileiras-que-mais-lucram-no-20-tri/>, 2018. Acesso em: 16 de novembro de 2018.

SINGER, André; LOUREIRO, Isabel (org.). *As contradições do lulismo: a que ponto chegamos?* São Paulo: Boitempo, 2016.